

## Economia do conhecimento está a reformular o conceito de educação

Susan Robertson é professora da Graduate School of Education da Universidade de Bristol na área da Sociologia da Educação e coordenadora do Centro para a Globalização, Educação e Sociedades, o primeiro do seu género no Reino Unido. Em parceria com o seu colega Roger Dale (também ele professor da Universidade de Bristol e a quem a Página teve a [oportunidade](#) de entrevistar no número de Dezembro) fundou a revista Globalização, Sociedades e Educação.

Os seus interesses enquanto investigadora cobrem áreas tão distintas como a globalização, a regionalização, as políticas educativas, a economia do conhecimento e as transformações da actividade profissional dos professores. Neste sentido, o seu trabalho actual incide sobretudo nos efeitos da globalização e da regionalização nos sistemas educativos e nos centros de produção de conhecimento, em particular no que se refere aos vários acordos globais (como a Organização Mundial do Comércio) e regionais (como a União Europeia e a NAFTA) e à criação do Espaço Europeu da Educação como parte integrante da estratégia competitiva da UE face à economia do conhecimento. Autora de numerosos livros e artigos em diversas publicações internacionais, Susan Robertson escreve regularmente no nosso jornal na rubrica "Reconfigurações", em parceria com Roger Dale e António Magalhães, professor da Universidade do Porto. Aproveitando a sua visita ao Porto, a PÁGINA entrevistou esta investigadora e questionou-a, entre outros temas, sobre o papel da escola e dos professores na construção da chamada "economia do conhecimento", que gradualmente está a substituir o paradigma económico vigente.

**Um dos seus temas de pesquisa debruça-se sobre a chamada economia do conhecimento. Como definiria este conceito e que tipo de desenvolvimentos têm ocorrido nesta área nos anos mais recentes?**

Eu penso que é seguro afirmar que a economia sempre esteve dependente do conhecimento. Neste sentido, penso que é pertinente questionarmo-nos porque razão se aborda actualmente de forma tão frequente nos círculos políticos a ascensão daquilo que se poderá designar como economia baseada no conhecimento. Na minha opinião, penso que tem havido alguns desenvolvimentos interessantes no campo económico na sua generalidade. O acentuar da ideia do conhecimento e a sua ligação à economia sugere que existe algo na forma como as economias procuram ser produtivas e gerar mais valia sobre o conhecimento em si mesmo? como é o exemplo das técnicas de descodificação genética e dos desenvolvimentos nas áreas de aplicação biológica. É este tipo de conhecimento que nos últimos anos tem assumido uma particular importância nas economias ocidentais.

**Quem está na origem da criação deste novo tipo de economia?**

Penso que é importante reflectir sobre o que está no centro desta economia baseada no conhecimento. Eu vou chamar-lhe um imaginário económico, isto é, uma forma de pensar a organização económica e o que poderá constituir um impulso para novas formas de produção e de novas formas de gerar valor. Antigamente fabricava-se um produto e vendia-se no mercado. Mas cada vez mais as economias baseadas no conhecimento oferecem serviços altamente especializados e de grande valor acrescentado em diferentes áreas do conhecimento, gerando patentes e direitos de autor, aquilo que habitualmente se designa por propriedade intelectual. É aqui que as economias ocidentais irão basear o seu crescimento económico, não na produção de bens, que países como a China e a Índia irão produzir a baixo custo.

Isto reflecte-se na própria estrutura da Organização Mundial do Comércio (OMC) - e não apenas nos acordos gerais sobre a produção de bens, que estará sobretudo orientada para os países em desenvolvimento - através da qual os países desenvolvidos têm procurado liberalizar o sector dos serviços a nível mundial de forma a proporcionar novas ofertas na área financeira, dos transportes e, mais recentemente, na área da educação, através da progressiva liberalização da OMC e do Acordo para a Propriedade Intelectual no Comércio. São acordos nos quais os países desenvolvidos estão a investir bastante do seu poder de negociação e do qual saberão certamente tirar partido. O processo de acumulação de riqueza a longo prazo das economias desenvolvidas advirá sobretudo deste processo.

**A União Europeia quer assumir o papel de economia mais competitiva baseada no conhecimento. Quais são as propostas da União Europeia neste campo no sentido de atingir este objectivo? E qual é a sua opinião sobre elas?**

Em 2000, a Agenda de Lisboa, através do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, definiu precisamente que os diversos estados-membros da UE precisavam de adoptar uma postura mais agressiva no sentido de posicionar a Europa como uma região mais competitiva, em particular face aos Estados Unidos, mas também ao Japão, e, mais recentemente, face à China e à Índia.

Sobre as propostas políticas e educativas nesta área, a Comissão Europeia considera que os estados-membros, por eles próprios, não são capazes de avançar isoladamente, tendo de haver, por isso, uma agenda ao nível supranacional e não apenas nacional.

Mas verificamos que esse tipo de agenda política, que incide na criação de mais empregos, melhor crescimento, altos níveis de inovação na economia, é problemático em alguns sentidos, particularmente na educação, porque formar pessoas para estes objectivos, nomeadamente no que se refere à reorganização do ensino superior, implica interferir com a autonomia de cada um dos países.

O avanço deste projecto a nível europeu, da ideia da importância de ser competitivo e de desenvolver a Europa como uma economia baseada no conhecimento, implica tanto a urgência de reformas no [mercado de trabalho](#) como nos sistemas educativos. Mas este processo é melindroso porque envolve a negociação em áreas habitualmente consideradas da alçada governativa de cada país.

### **Tem seguido a forma como cada país tem lidado com esta matéria? Existem diferenças substanciais na forma como o fazem?**

Todos os países membros da UE, provavelmente sem excepção, afirmam que estão a [procurar](#) desenvolver economias baseadas no conhecimento. Mas o trabalho que tenho vindo a realizar como elemento de uma rede de especialistas que aconselha a Comissão Europeia em educação e políticas sociais, através do qual tive oportunidade de ter um olhar cruzado sobre as realidades de cada um dos países, demonstra-me que, embora apostem no discurso, o nível de implementação, nomeadamente no que se refere às universidades e às políticas com elas relacionadas, nomeadamente a estratégias de inovação, modernização das escolas ou na implementação de tecnologias digitais, há vastas diferenças entre cada um deles.

### **De que forma se pode ultrapassar essas diferenças?**

De alguma forma apostando na Europa como um espaço que permita a mobilidade laboral e de estudo. Mas é muito difícil, porque o que tem de se ultrapassar é muitas vezes o facto de as pessoas terem família, raízes e identidade em determinados lugares.

### **Considera que existem países que estejam a funcionar como pontas avançadas deste processo?**

Talvez, mas penso que é sobretudo a Comissão Europeia que terá de assumir esse papel. Nos relatórios intermédios de 2003 e 2004, comissariado pelo ex-primeiro-ministro holandês Wim Kok, este responsável apelava, aliás, a um incremento deste processo.

Podemos dizer que países como o Reino Unido, que avançaram a nível interno com a modernização do ensino superior, parecem estar na vanguarda deste processo. Mas na Europa isso por vezes é problemático, porque para países como a França e a Alemanha isto representa, muitas vezes, como que um projecto anglo-saxónico, associado a uma "americanização" e a um liberalismo que a Europa continental nem sempre aprecia. E isto cria problemas no projecto europeu em termos mais gerais, apanhado em antigas diferenças ideológicas e de alinhamentos.

### **As escolas e os sistemas educativos estão a ser encorajados no sentido de acompanharem estas exigências e dar-lhes uma resposta adequada. De que forma está o conflito entre a velha e a nova escola a ser encarado?**

Se olharmos para as políticas da Comissão Europeia destinadas tanto a procurar responder na prática aos desafios postos pela economia baseada no conhecimento como a [criar](#) as bases para gerar esse tipo de economia, o argumento avançado por países como o Reino Unido, por exemplo, é que as escolas, e inclusivamente o actual formato organizativo das universidades, atingiram o seu prazo de validade. Isto é, eram instituições úteis para a velha modelo de economia fordista, de produção em massa, mas não para economias baseadas nos serviços ou para a promoção de indivíduos mais criativos. Para isso, afirmam, as escolas precisam de ser modernizadas. E este é um argumento que tem também vindo a ser avançado pela OCDE e pelo Banco Mundial, que nas suas próprias estratégias de conhecimento para o desenvolvimento incorporam, entre outros, indicadores e tabelas de comparação entre os diferentes países.

### **E como está a escola a lidar com esta questão?**

Eu penso que a primeira reacção visível dos sistemas educativos, e esta resposta não é igual em todos os países, é o aparecimento de novas parcerias público-privado? como o caso da Microsoft, por exemplo, que tem um contrato com o governo português no sentido de equipar de novas tecnologias as escolas, que são, por sua vez, convidadas a integrar painéis de avaliação.

No caso do Reino Unido esta parceria chega mesmo ao ponto de se estabelecerem contratos com empresas privadas que asseguram a construção de escolas, no sentido de reduzir os custos do Estado. No entanto, é comum estas empresas abandonarem estas parcerias quando elas não se revelam suficientemente lucrativas ou serem compradas por outras empresas. Esta agenda modernizadora procura ao mesmo tempo actualizar a gestão das escolas, associando o ensino aos fundamentos da economia globalizada.

### **Tendo em conta que alguns países estão mais avançados neste processo, isso significa que existirá sempre uma Europa a várias velocidades?**

Absolutamente. E vemos nas políticas da União Europeia um reconhecimento desse facto, isto é, políticas que estão a ser dirigidas para o que podemos considerar uma elite das políticas da economia do conhecimento e, por outro lado, um conjunto de políticas para a Europa social, destinadas a integrar os indivíduos no [mercado de trabalho](#) mas numa base extremamente precária. As pessoas são responsáveis pelo seu próprio trabalho, mas,

em boa verdade, não estamos a falar propriamente dos mesmos níveis salariais que são praticados nos trajectos profissionais ligados à economia do conhecimento?

E essas diferentes velocidades têm lugar não só através da Europa mas no interior de cada um dos estados-membros da UE, pelo que, à excepção dos países escandinavos, os níveis de desigualdade associados às políticas neoliberais que estão a ser postas em prática, não só na maioria dos países europeus mas também no espaço económico europeu, têm aumentado.

**E no que se refere ao conflito de interesses entre os valores tradicionais da educação e os valores inerentes à economia e às [empresas](#)? De que forma pode cada um cumprir o seu papel sem colidir com os respectivos interesses?**

Eu penso que a um determinado nível existe um grande conflito de interesses, mas há, ao mesmo tempo, o reconhecimento desse conflito de interesses. A prioridade dada à economia tem estado associada frequentemente a expensas de formas de solidariedade e coesão social. Este é um debate que tem estado na agenda da definição das políticas, tanto a nível europeu como a nível interno de cada país.

Actualmente, no Reino Unido, temos um programa de financiamento a cinco anos que pretende desenvolver [oportunidades](#) de aprendizagem na área da economia do conhecimento, mas procurando entender a relação entre a coesão social e a competitividade económica. Ou seja, existe o reconhecimento de que é necessário lidar com esta dualidade, porque, em particular no nosso país, temos assistido à exclusão de determinadas franjas da sociedade da participação na economia, o que inevitavelmente conduz a instabilidade social. E, fundamentalmente, o capitalismo precisa de estabilidade para se desenvolver.

**Em que papel se colocam as escolas?**

As escolas colocam-se numa posição difícil, porque historicamente sempre fizeram mais do que produzirem trabalhadores para a economia. As escolas sempre foram instituições de modernidade, associadas aos Estados nacionais e à construção de uma identidade nacional, e apesar de não se poder considerá-las como um instrumento de construção de igualdade social, elas sempre foram locais mais democráticos e permitiam alguma mobilidade social. Quando à educação se procura associar prioridades económicas, funções importantes como estas passam em grande medida para segundo plano.

Se as escolas forem competitivas em termos económicos, as famílias tendem a desenhar estratégias que permitam assegurar aos seus filhos a melhor formação para o melhor emprego, e isso exclui desse processo a maior parte das famílias e indivíduos. E a minha impressão é que, em geral, as escolas não estão a conseguir lidar bem com este processo.

**Há algum país que considere um exemplo?**

A Finlândia é o exemplo de um país que é habitualmente considerado como tendo sido bem sucedido nesta área. O que caracteriza a Finlândia é o facto de, pelo menos até recentemente, ter sido muito homogéneo na sua identidade nacional e ter sido capaz de gerar riqueza e distribuí-la equitativamente. Os países onde as populações excluídas estão habitualmente associadas a grupos étnicos, pelo contrário, foram menos bem sucedidos em incorporar esses indivíduos na economia e na sociedade.

**Qual é o papel dos professores nesta transformação permanente?**

Eu diria que os professores, assim como os sindicatos, foram simplesmente excluídos deste tipo de debate. Em muitos países os professores e os sindicatos têm sido muito pressionados, silenciados e até afastados da participação no processo de definição das políticas. A Internacional da Educação, que é um sindicato de dimensão mundial, é talvez a única entidade que tem participado neste tipo de discussão, pelo menos a nível do Acordo Geral para o Comércio de Serviços. A minha opinião é de que há algo de muito sedutor no termo "conhecimento" que facilmente passa ao lado de uma interrogação crítica, exceptuando talvez os próprios professores e as organizações sindicais. Quando afirmamos que vivemos numa economia baseada no conhecimento, quem se pode mostrar contra este argumento? Um professor, por exemplo, dirá que é a sua área de actuação? Este tipo de discurso substituiu o do neoliberalismo. Mas não se pense que deixou de ser um projecto neoliberal, porque ainda é. Este projecto de construção de uma economia baseada no conhecimento é sinónimo de uma progressiva liberalização da economia mundial, moldando tanto as instituições como os indivíduos no sentido de estes participarem na criação de novo conhecimento. Usa-se a linguagem do progresso, como desescolarização e reescolarização, que os professores reconhecem como o tipo de críticas que os radicais, como Ivan Illich, avançavam na década de 70 no sentido de modernizar a educação. Mas ele queria outra coisa. O tipo de discurso usado na década de 70 por radicais como Ivan Illich, que pretendiam modernizar a educação no sentido da igualdade social e da promoção da democracia, foi apropriado pelos economistas e decisores políticos e inserido num projecto que, não sendo conservador, porque de facto é radical, está profundamente empenhado em construir um novo tipo de economia, menos preocupado com a igualdade de oportunidades mas antes em criar as condições para que os indivíduos participem na produção de uma economia baseada no conhecimento e desempenhem o seu papel individual nesse processo.

*Entrevista conduzida por **Ricardo Jorge Costa***